

AS PALAVRAS
TÊM FORÇA:
AMEFRICANIDADE
E FABULAÇÃO
NA GUERRA DAS
DENOMINAÇÕES

[DOSSIÊ]

Márcia Guena

Universidade do Estado da Bahia

Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos

Vinícius da Silva Coutinho

Universidade do Estado da Bahia

Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Este artigo pretende trazer contribuições para a conformação de uma comunicação antirracista. Para isso, trazemos os conceitos de dois autores e duas autoras que discutem a centralidade da influência africana e indígena na construção de conceitos e linguagens e na forma de nominar objetos e processos, recorrendo a cosmogonia desses povos para enfrentar o colonialismo. Os conceitos em questão são “Guerra das denominações”, de Bispo dos Santos (2015); “Fabulação crítica”, de Saidiya Hartman (2020); “Pretuguês”, de Lélia Gonzalez (2020); e “Dobra na linguagem/Dobra na Palavra”, de Luiz Rufino (2019). Para tanto, foi também realizada uma revisão de literatura de textos acadêmicos encontrados no google acadêmico e no banco de dados da Intercom. A análise do material mostra que os conceitos se apresentam como ferramenta comunicacional de contranarrativa aos imaginários sedimentados no colonialismo e aguça novas discussões sobre a temática antirracista.

Palavras-chave: Guerra das denominações. Contranarrativas. Comunicação.

This aims article to contribute to the development of anti-racist communication. To this end, we bring the concepts of four authors who discuss the centrality of African and Indigenous influences in the construction of concepts and languages and in the naming of objects and processes, using the cosmogony of these peoples to confront colonialism. The concepts examined are “Guerra das denominações,” by Bispo dos Santos (2015); “Fabulação crítica,” by Saidya Hartman (2020); “Pretuguês,” by Lélia Gonzalez (2020); and “Dobra na linguagem/Dobra na Palavra,” by Luiz Rufino (2019). A literature review of academic texts from Google Scholar and the Intercom database was also conducted. The analysis reveals that these concepts are presented as communicational tools for counter-narrating the imaginaries sedimented in colonialism and stimulating new discussions on anti-racism.

Keywords: War of denominations. Counter-narratives. Communication.

Este artículo tiene el objetivo de contribuir a la construcción de una comunicación antirracista. Para ello, presenta los conceptos de dos autores y dos autoras que discuten la centralidad de la influencia africana e indígena en la construcción de conceptos y lenguajes y en la forma de nombrar objetos y procesos, mediante el uso de la cosmogonía de estos pueblos para enfrentar el colonialismo. Los conceptos en cuestión son “guerra das denominações”, de Bispo dos Santos (2015); “fabulação crítica”, de Saidya Hartman (2020); “pretuguês”, de Lélia Gonzalez (2020); y “dobra na linguagem/dobra na palavra”, de Luiz Rufino (2019). Para ello, también se realizó una revisión bibliográfica de textos académicos encontrados en Google Scholar y en la base de datos Intercom. El análisis del material muestra que los conceptos se presentan como una herramienta comunicacional para contranarrativizar los imaginarios sedimentados en el colonialismo y agudizar nuevas discusiones sobre el tema antirracista.

Palabras clave: Guerra de denominaciones. Contranarrativas. Comunicación.

Introdução

Como dizem as mais velhas: “as palavras têm força!”. Pensando nessa máxima, tentamos articular aqui conceitos que repetem essa ideia de outra maneira e pretendem denominar coisas e conceitos a partir de outras palavras, de outras cosmogonias, atribuindo outro sentido aos léxicos e formulações, em uma disputa de sentidos que leve em conta a história, a ancestralidade dos povos de origem africana e indígena no Brasil. Revisitamos os conceitos “Guerra das denominações” (Bispo dos Santos, 2015); “Fabulação crítica” (Hartman, 2020); “Pretuguês” (Gonzalez, 2020); e “Dobra na linguagem/Dobra na Palavra”, (Rufino, 2019) para pensar esse movimento contracolonial, como chamaria Nêgo Bispo.

Para tanto, além de discutir os conceitos citados, realizamos um levantamento preliminar de trabalhos acadêmicos, no campo da comunicação, que os abordam, a título de exemplo, distante de pretender realizar uma cartografia exaustiva e completa. A busca foi feita tendo os próprios conceitos como palavras-chave, no Google Acadêmico, observando algumas produções publicadas entre 2020 e 2024, a fim de entender também as ligações dos estudos com o campo da comunicação.

Discutimos aqui possíveis saídas para o cartesianismo que marca o pensamento ocidental, que como defende Lima (2023, p. 02) só servem “aos detentores do arquivo colonial, produzido cuidadosamente de maneira a estabelecer hierarquias de poder em que o que é moderno/colonial/branco/europeu ganha para si todo o status de humanidade, saber e poder”.

Pretendemos contribuir com as discussões em torno da formulação de uma comunicação antirracista. Lélia Gonzalez, Nêgo Bispo, Luiz Rufino e Saidiya Hartman viveram e vivem em períodos diferentes da história e permitem que olhemos para a discussão sobre a disputa de conceitos, de palavras, com a branquitude, de uma forma histórica e contextualizada.

Assim, esperamos contribuir, ao lado de especialistas, grupos e instituições, com as reflexões que pretendem consolidar a comunicação antirracista no Brasil. Nossa ideia inicial nasceu nas discussões iniciadas no Grupo de Pesquisa Comunicação Antirracista e Pensamento Afrodiaspórico, da Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares em Comunicação da Intercom, que participou da consulta pública organizada pelo Ministério da Igualdade Racial (MIR), em parceria com a Secretaria de Comunicação (Secom) da Presidência da República. Essa consulta culminou no lançamento do Plano e Comunicação pela Igualdade Racial (PCIR [BRASIL, 2024]), em 3 de dezembro de 2024, cujo objetivo principal é “combater práticas de racismo na comunicação dos órgãos e entidades da administração pública federal”.

Para além dessa dimensão, que se configura como uma política pública, é importante sinalizar que as lutas pelo estabelecimento de uma comunicação democrática e antirracista têm sido travadas por diversos segmentos dos movimentos sociais, a exemplo do movimento negro. As mídias independentes, negras e indígenas também têm cumprido um papel importante nesse sentido, ao eleger pautas específicas e priorizar vozes desses mesmos grupos. Vale destacar o esforço pela

configuração de manuais antirracistas, direcionados ao mercado de trabalho, entre eles o trabalho de conclusão de curso apresentado pela jornalista Juliana Dias (2010) ao ISBA e, mais recentemente, o *Manual de Redação: o jornalismo antirracista a partir da experiência da Alma Preta* (Alma Preta, 2023), que traz o seguinte texto na introdução:

[...] a Alma Preta compartilha neste documento diretrizes do que acredita ser fundamental para a garantia da qualidade editorial e para o compromisso com o enfrentamento ao preconceito, à discriminação e ao racismo no século XXI. Com base nesses objetivos, o grupo de pesquisadores formulou um manual de imprensa guiado pelo antirracismo e a partir do enfrentamento de quatro desafios que consideramos centrais para a forma que queremos fazer jornalismo: o teórico, o ético, o histórico e o técnico (Alma Preta, 2023).

Assim, acreditamos que esses quatro conceitos contribuem com a construção de uma linguagem comunicacional que privilegia as diferentes cosmogonias e atribui importância à ancestralidade. Por isso, organizamos o texto a partir do surgimento das ideias das autoras e autores, a fim de perceber as contribuições e os rastros deixados por eles.

A América Ladina e o Pretuguês

Anunciando uma discussão que voltaria com força a partir de pensadoras e

pensadores contemporâneos, a filósofa negra Lélia Gonzalez (2020) reflete sobre as influências dos povos de origem africana e dos povos indígenas na constituição da língua, da cultura e da política nas Américas e como o racismo por denegação as negou, compreendendo a denegação de acordo com a categoria estabelecida por Freud, como “um processo pelo qual o indivíduo, embora formulando um de seus desejos, pensamentos ou sentimentos, até aí recalcado, continua a defender-se dele, negando que lhe pertença” (Gonzalez, 2020, p. 127). Assim, o racismo por denegação compreende também a negação da nossa “ladino-amefricanidade”, conceito que exploraremos adiante.

O primeiro conceito de Gonzalez que trazemos aqui, para pensar a comunicação antirracista, é o de pretuguês. Em uma viagem pelo continente americano, a autora afirma que a presença de africanos e seus descendentes em toda a América modificou a língua dos colonizadores: o inglês, o espanhol e o português (Gonzalez, 2020, p. 128). “Ou seja, aquilo que chamo de pretuguês, e que nada mais é do que a marca da africanização do português falado no Brasil, é facilmente constatável no espanhol da região caribenha” (Gonzalez, 2020, p. 128). Assim, apesar de utilizar o vínculo com o português no nome atribuído “pretuguês”, ela universaliza essa influência para toda a América, destacando, no caso do Brasil, as influências bantu-iorubanas.

O substrato do pensamento de Lélia Gonzalez está na citação que a autora faz de Molefi Kete Asante: “Toda linguagem é epistêmica. Nossa linguagem deve contribuir para o entendimento de nossa realidade. Uma linguagem revolucionária

não deve embriagar, não pode levar à confusão” (Asante, 1988 *apud* Gonzalez, 2020, p. 136). Ou seja, a linguagem constrói conhecimento, está atrelada ao poder, portanto não pode esconder ou escamotear as origens afro-indígenas. Além disso, precisa vincular-se à realidade histórica da constituição dos povos das Américas, marcando a influência das nações indígenas e dos povos africanos.

É nessa busca que a autora formula o conceito de Améfrica Ladina. Gonzalez denuncia a tendência de vínculo único com uma descendência europeia na América Latina, propondo que essa é uma “América Africana cuja latinidade, por inexistente, teve trocado o T pelo D, para, aí sim, ter o seu nome assumido com todas as letras: Améfrica Ladina” (Gonzalez, 2020, p. 128). Questionando a designação do nome “América” apenas para os habitantes dos Estados Unidos, Gonzalez conceitua a expressão “amefricanos” e se pergunta: “como podemos atingir uma consciência efetiva de nós mesmos enquanto descendentes de africanos se permanecemos prisioneiros, ‘cativos de uma linguagem racista’” (Gonzalez, 2020, p. 134).

Assim, a categoria amefricanidade possibilita ultrapassar os limites territoriais e linguísticos, permitindo um olhar comum para a América. Além disso, incorpora “um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas)” (Gonzalez, 2020, p. 134).

Portanto, Améfrica, enquanto sistema etnográfico de referência, é uma criação nossa e de nossos antepassados no continente em que vivemos, inspirados

em modelos africanos. Por conseguinte, o termo amefricanos/amefricanas designa toda uma descendência: não só a dos africanos trazidos pelo tráfico negreiro como a daqueles que chegaram à América muito antes de Colombo (Gonzalez, 2020, p. 135).

O que essa discussão aponta é que há uma experiência histórico/linguística dos povos amefricanos que precisa ser contemplada na leitura da realidade e na formulação de intervenções teóricas ou empíricas da realidade, inclusive nos processos comunicacionais. Superar o racismo por denegação, no campo da comunicação, significa, entre outros caminhos, realizar uma escuta atenta dos povos amefricanos, com dedicação especial para a linguagem, para o pretuguês, que sinaliza para diferentes formas de nomear e conceituar a realidade, produzindo semioses que nos conduz a vínculos históricos relacionados a ancestralidade afro-indígena. Significa produzir sentidos a partir de outra base de conhecimentos, de outra episteme e assim disseminá-los.

O conceito tem sido explorado por alguns autores do campo da comunicação. Não pretendemos cartografar os textos, mas trazer alguns exemplos. Na dissertação de mestrado intitulada *Pretuguês: oralidade e resistência afrobrasileira como enfrentamento ao racismo religioso*, Fernanda Gatto faz a articulação entre linguagem, ancestralidade e educação, ao afirmar que:

o pretuguês no Terreiro é a manifestação viva do encontro entre a oralidade africana e o português, sintetizando a cultura afrobrasileira. Para além de estrutura sintática, carrega toda uma amplitude semântica embasada pelos valores

africanos. Entende-se, assim, o complexo cenário no qual está inserida a oralidade e o compartilhamento de saberes. A oralidade é a grande ponte capaz de transportar as vivências ancestrais para os dias atuais, constituindo uma fonte de educação libertária (Gatto, 2023, p. 58).

No artigo “Notas de um saber em construção: processos de comunicação em comunidades amefricanas, estudos comunicacionais e direitos à comunicação”, de Tamara Terso (2022), a autora entende as comunidades negras e ameríndias como americanas e discute a comunicação como um direito, entendendo a categoria “pretuguês” como fundamental para a compreensão desses processos.

A Guerra das denominações

Ao dialogar profundamente com os conceitos de cor, raça, etnia, colonização e contracolônização, Antônio Bispo dos Santos, mais conhecido como Nêgo Bispo, entende que, ao longo da história, foram desconsideradas as diversas autodenominações dos povos originários, ocultadas por meio da opressão colonialista. Bispo opta por utilizar “contracolônial”, em vez de “decolônial”, pois, na perspectiva do autor, os povos quilombolas e originários rejeitaram o processo de colonização e lutaram para defender os territórios tradicionais, os seus modos de vida com seus símbolos e significações, com suas religiosidades, conseguindo assim fazer uma “ginga” e manter seus costumes/cultura originários praticamente intactos e preservados.

Nós entendemos o seu argumento, mas também validamos as contribuições trazidas pela decolonialidade e defendemos que os dois devem ser estudados e utilizados.

Bispo dos Santos (2015, p. 27) destaca que os colonizadores substituíram diversas autodenominações dos povos originários, “impondo-os uma denominação generalizada, estavam tentando quebrar as suas identidades com o intuito de os coisificar/desumanizar”. Assim, esses povos foram descaracterizados e a identidade imposta foi composta principalmente por características negativas.

Diante disso, Nêgo Bispo analisou e discutiu sobre os movimentos de insurgência e resistência contra os modelos hegemônicos vividos desde a colonização, e chamará atenção ao fato de que é por meio de denominações hegemônicas que se dá o modelo de dominação assistido nas Américas e outras partes do mundo, em que o processo de nomenclatura dos processos e das coisas são também estratégias de dominação/apagamento da história dos povos originários, como também dos que vieram escravizados.

Logo, propõe a “Guerra das denominações” como uma estratégia contrainsurgente, renomeando conceitos e objetos a partir da cosmogonia dos povos afropindorâmicos. Segundo a filosofia de Bispo, os povos afropindorâmicos não são uma designação formal de etnias específicas, mas sim uma forma de descrição de identidades e culturas que emergiram da fusão de tradições, práticas, conexões e saberes africanos e indígenas.

[...] a guerra das denominações é uma disputa de repertório, nós precisamos

anular o repertório colonialista. Isso... anular não, contrariar, anular é violento, nós temos que contrariar o repertório colonialista. Então é dizer que nem cosmo-educação, nem cosmo-política, nem cosmo-adjetivado. Cada vez que você adjetiva uma questão é porque você não consegue apresentar a imagem dessa questão (Bispo dos Santos, 2020, 1h20m40s).

A proposta de Bispo é contrariar as palavras potentes impostas pelos colonizadores, a fim de romper com o adestramento colonial e recuperar a autogestão das práticas e de toda uma forma de vida diferenciada. Nesse sentido, Seixlack (2024, p. 200) complementa pontuando que a “Guerra das denominações” surge como uma “estratégia de recomposição da memória e da identidade dos povos que passaram por processos de desterritorialização”.

O método de Bispo surge como uma disputa de repertório, que tensiona/contraria o repertório imposto pelo colonialismo, apresentando novos termos e ressignificações. Nêgo Bispo propõe trazer os saberes ancestrais da oralidade para a escrita, com uma potencialidade transformadora e material com consequente impacto nas práticas discursivas. Portanto, temos como exemplos as denominações propostas por Bispo: “pindorâmicos”, utilizado para substituir “indígenas”; “envolvimento” como algo muito superior – e em contraposição – a “desenvolvimento”, comum aos mais diversos discursos de dominação.

Segundo Cavalieri, Mello e Tiriba (2022, p. 175), a contracolonialidade proposta por Nêgo Bispo é ideia e concretude

ao “produzir e circular conhecimentos dos povos afropindorâmicos como estratégia de sobrevivência em aliança com os povos originários, das favelas e dos quilombos”. Ao analisar as proposições de Bispo, Seixlack (2024, p. 206) destaca a utilização de elementos como “a Terra, a Natureza, elementos geográficos, animais e plantas” com a perspectiva indígena, que, para a autora, questionam o tradicional conceito de desenvolvimento como proposta global, criticando o sistema capitalista neoliberal e o neoextrativismo.

Junto a isso, Dantas (2022, p. 03) entende que Bispo propõe o contracolonialismo “para que o nosso pensamento seja conduzido pela noção de circularidade e pela interação entre os povos que sofreram invasões coloniais em seus territórios”. Nessa interação, o encontro de povos africanos e indígenas forma uma cosmologia, em que as singularidades não se perdem, mas se confluem, tendo como ponto de encontro central a resistência ao colonialismo.

Em consonância à “Guerra das denominações”, Bispo dos Santos (2015) nomeou de “cosmofobia” a perspectiva colonialista que negligencia as singularidades indígenas e quilombolas, por meio de representações que deturpam o imaginário social no que diz respeito ao cuidado com a terra, com o trabalho, suas tradições e conhecimentos. Portanto, Costa Júnior e Ude (2019, p. 163), ao refletirem a proposta de Bispo, sinalizam a necessidade de decolonizar e “SULear” as experiências e as narrativas, criando “referências e representações simbólicas com as quais nos reconhecemos como participantes da história, pontos de referência e reconhecimento”.

Com isso, abre-se também um repertório de ruptura para o campo da comunicação em suas diversas expressões midiáticas e acadêmicas, com a urgência da troca dos termos e das abordagens nas narrativas, como também a necessidade de enquadrar essas discussões nas pautas e na convocação de fontes que ecoem esse pensamento contracolonial e defensor da confluência com a natureza.

Santos (2019) analisou o fazer comunicacional e os fluxos afrodiaspóricos de povos originários do Maranhão, que disputam espaço com a comunicação de massas, observando produtos comunicacionais em comunidades quilombolas, ribeirinhas e povos de terreiro na cidade de Timon (MA). O autor percebeu que a comunicação feita dos povos originários é direcionada à degustação da vida, à emancipação e às vivências numa realidade com a contribuição das populações negras. Além disso, Santos (2019) enfatizou as manifestações culturais, os gestos e as relações da coletividade, que é marcada pela oralidade e atravessa os fazeres comunicacionais desses povos.

As Fabulações Críticas

Também buscando novas narrativas, a partir do olhar das mulheres negras, com o ensaio *Vênus em Dois Atos*, Saidiya Hartman (2020) apresenta o método “Fabulação crítica”. A autora propõe examinar a presença de Vênus (nome dado a duas garotas negras escravizadas a bordo de um navio) no arquivo da escravidão atlântica, a fim de descobrir alguma

novidade sobre ela. Assim, questiona a produção dos arquivos como um lugar também de produção de violência e dominação. A partir daí, propõe a “Fabulação crítica” como uma forma de recontar histórias, a partir de uma ótica não evidenciada anteriormente, sem violentar as pessoas envolvidas, privilegiando o não dito, o não registrado pelos acervos organizados pela branquitude. Esse processo acontece ao rearranjar elementos de uma história.

O método surge como saída e confronto à contação de uma história única, como enfatiza Chimamanda Ngozi Adichie (2019), que durante o percurso histórico privilegiou um olhar majoritariamente masculino e branco, das elites dominantes. Por esse motivo, a autora critica o caráter reducionista e violento dos arquivos. Assim, a “Fabulação crítica” traz uma “narrativa recombicante”, envolvendo presente, passado e futuro, recontando uma história a partir de um rearranjo dos elementos básicos das narrativas, apresentando um encontro entre a história e a literatura.

Para tanto, Hartman (2020) analisa criticamente os limites da escrita histórica ao tratar de personagens cuja existência foi marcada pela economia libidinal da escravidão. Ela enfatiza como os arquivos históricos frequentemente reforçam essa violência, ao priorizar narrativas que enquadram essas vidas à condição de vítimas do trauma escravagista, silenciando as demais dimensões. Com isso, a reflexão nos convida a questionar os métodos e as abordagens tradicionais da historiografia, que muitas vezes operam dentro das molduras impostas por estruturas coloniais e opressivas.

Ademais, ao limitar as possibilidades de leitura das vidas negras a um registro de sofrimento, os arquivos negam a complexidade e as expressões de humanidade. Por esses motivos, Hartman nos desafia a reimaginar formas de escrita e pesquisa que possam capturar as nuances dessas histórias, sem reduzir as pessoas às violências que as marcaram, mas valorizando também os gestos de resistência, criatividade e existência plena. Como exemplo disso, temos o trabalho de Pereira (2023, p. 30), que analisou o reposicionamento histórico a partir de um novo enquadramento dado à vida da escravizada Anastácia.

Recuperando a trama histórica e as controvérsias em torno de sua imagem, por meio da “Fabulação crítica”, novos enquadramentos foram realizados e o rosto de Anastácia foi atualizado, com o “seu contrapoder de afetação, posto que o retrato nunca assumiu uma posição de plena estabilidade, sem contestação” (Pereira, 2023, p. 32). Assim, o autor observou que com as novas narrativas houve uma conversão da “Escrava Anastácia” para a “Anastácia Livre”, demonstrando na prática a concretude do método de Hartman (2020) e suas intersecções com elementos artísticos, comunicacionais e políticos.

Com isso, essa escrita ficcional perturba as disposições do poder ao nos tornar sensíveis a uma outra possibilidade de imaginar a história, ao recontar as vidas das pessoas sequestradas e traficadas, imaginando suas experiências e emoções humanizadas, colocando as vozes das escravizadas em primeiro plano e oferecendo um futuro abolicionista. Também como exemplo, temos o trabalho de Marques, Lessa Filho e Oliveira (2023), que analisam

o documentário *El mar la mar*, que narra as histórias e os testemunhos dos migrantes que se arriscam na travessia do México para os EUA. Os autores observaram como o exercício cinematográfico permite a visibilidade de singularidades das vidas dos migrantes, e entenderam que a prática fabuladora de Hartman pode revelar “os dilemas implicados em recuperar vidas emaranhadas aos enunciados historicamente legitimados, amalgamando-as aos terríveis registros que as condenaram à morte” (p. 165).

A esse movimento de reescritas, Pereira (2021) chamará de “escritas insubmissas da história”, por considerar que este excede ou negocia lacunas do arquivo da escravidão, ao tempo em que promove uma reflexão sobre o papel dos historiadores. Nessa fabulação ficcional, Marques, Lessa Filho e Oliveira (2023, p. 265) destacam “a criação de uma semântica e de um imaginário que permita nomear as injustiças e criar outros desenhos possíveis [...] de modo a perceber vidas dotadas de um valor e merecedoras de proteção”. Para os autores:

A fabulação nos oferece um inesperado movimento contra-narrativo: ela pode arrancar as vidas da causalidade histórica e biopolítica que as aprisiona entre o silenciamento da desfiguração e da voz do rosto dos migrantes, entre a sobrevivência e a queda na ilegibilidade destinada àqueles tidos como indignos (Marques; Lessa Filho; Oliveira, 2023, p. 266).

Diante disso, em seu método, Hartman opta por trocar alguns termos em sua escrita: “escravo” por “escravizado”; “anônimo” por “indivíduo com história

oculta” e “prostituta” por “mulher vivendo de forma não convencional”. Assim, para a autora, a “Fabulação crítica” traz a possibilidade de ver os lampejos de beleza por meio do sofrimento constantemente apagado em prol das estratégias e dispositivos de gestão e controle dos corpos (Hartman, 2020). A importância do método da autora é também pontuada nos escritos de Marques Real (2023), que sinaliza:

Quando a história do dominado é narrada pelo dominador/colonizador, é feita através de sua perspectiva, a qual, apesar de apresentar algum grau de veracidade, ainda é uma obra ficcional, uma vez que não permite, em virtude da estrutura dominante, que o colonizado conte sua própria versão dos acontecimentos. Escrita a partir de registros históricos pelos que detêm o poder, é simples ter apenas um ponto de vista sobre a história quando o outro, no caso a pessoa negra, não tem o direito de se expressar. As histórias dos escravizados foram contadas por séculos pelos que os escravizaram, sendo censuradas, omitidas e rearranjadas de acordo com a vontade do colonizador, uma vez que toda a estrutura o beneficia (Marques Real, 2023, p. 42).

Diante do exposto, vemos que Hartman, ao propor um deslocamento do foco exclusivo na dor, nos provoca a considerar narrativas mais completas, que reconheçam tanto o sofrimento quanto a força, e as demais singularidades das vidas. Assim, é fundamental repensarmos os marcos que usamos para interpretar o passado e criar narrativas que respeitem a dignidade das pessoas, resgatando-as do silêncio e da redução a meros sujeitos do trauma, tendo

em vista que, quando a história do dominado é contada pelo dominador, o resultado é uma versão dos acontecimentos filtrada por interesses políticos, econômicos e culturais que beneficiam o colonizador.

Embora essa narrativa “oficial” possa conter elementos de verdade, ela frequentemente funciona como uma forma de ficção institucionalizada, manipulando fatos e silenciando vozes, revelando a desigualdade estrutural que define quem tem o direito de contar sua própria história. Por isso, o controle das narrativas reforça também um ciclo de opressão cultural e epistemológica, pois, ao negar a perspectiva do colonizado, a história oficial se torna uma ferramenta de manutenção do status quo, excluindo e marginalizando as vivências e contribuições dos povos oprimidos. O mesmo acontece com os grandes veículos de comunicação brasileiros, ao priorizarem determinados enquadramentos e escolha de fontes, que perpetuam desigualdades, violências e silenciam certas vozes. Assim, a “Fabulação crítica” surge como uma luz para enxergarmos a mudança.

Como exemplo, Duarte (2024) aplicou o método de Hartman ao analisar o surgimento de contranarrativas por meio das fotografias do projeto “Retratistas do Morro”, observando a forma de se relacionar com os arquivos apontada pela autora. A pesquisa possibilitou o surgimento de um movimento de subjetivação política, capaz de redefinir as identidades dos retratados e de outros sujeitos pertencentes ao mesmo contexto, reconfigurando as formas com que os moradores do Aglomerado (local de realização do projeto fotográfico) são vistos (Duarte, 2024).

Dobra da linguagem/ dobra das palavras

Na obra *Pedagogia das Encruzilhadas*, Luiz Rufino (2019, p. 10) recorre à cosmogonia das religiões de matrizes africanas para propor uma “guerrilha epistêmica”, atacando a supremacia branca, “apresentando outros caminhos a partir de referenciais subalternos e do cruzo desses com os historicamente dominantes”. Assim, Gonzalez, Bispo e Rufino propõem “colocar fogo” nas palavras e conceitos hegemônicos, a partir da dobra da linguagem e da dobra da palavra, pois afirma que a “linguagem nos permite o escape a toda forma de controle e limitação” (Rufino, 2019 p. 115). Valoriza as estratégias tecidas pelos povos que viveram processos violentos de colonização, ao dizer que os “seres submetidos à lógica da opressão desse sistema são inventores de jogos de corpo, palavras, ritmo” (Rufino, 2019, p. 116), essa seria a potência das encruzilhadas. Nesse momento ele lembra muito Nêgo Bispo, quando nega as palavras da colonialidade, que denomina de “marafunda” ou “carrego colonial”.

Chamo de praticar a dobra da linguagem a capacidade de ser leitor e escritor em múltiplas textualidades. Dobrar a linguagem é a capacidade de, em meio aos regimes monológicos/monorracionais, explorar as possibilidades de se inventar polinguista/polirracionalmente [...] não há descolonização se não há dobra da linguagem (Rufino, 2019, p. 118).

Para Rufino, a linguagem é um lugar para múltiplas possibilidades, em que o jogo acontece e em que ocorre a subversão

(2019, p. 118). De posse desse conceito, o autor forja novas denominações que conformam a pedagogia das encruzilhadas, inspirada em Exu, que lhe permite falar da encruzilhada como o lugar onde tudo se encontra e acontece, uma metáfora do encontro de culturas sem subalternização de nenhuma delas.

A noção de encruzilhada emerge como disponibilidade para novos rumos, ética, campo de possibilidades, prática de invenção e afirmação da vida, perspectiva transgressiva à escassez, ao desencantamento e à monologização do mundo. [...] A descolonização emerge como as ações de desobsessão dessa má sorte (Rufino, 2024, p. 13).

Rufino discorre sobre a centralidade da ancestralidade, como uma invenção, a defesa da vida, na verdade da memória e da história, em um combate sistemático ao esquecimento, este que é “capaz de inventar novos seres”. Ou seja, evocar a ancestralidade é dizer que os povos contracoloniais possuem história, passado e futuro, concebendo um tempo estendido.

“A invocação da ancestralidade como um princípio da presença, saber e comunicação é, logo, uma prática em encruzilhada” (Rufino, 2019, p. 16). A dimensão comunicativa da ancestralidade, proposta por Rufino, em um diálogo com o passado, eleva o papel dos povos tradicionais na construção das narrativas. Exu fundamenta uma ética responsiva (Rufino, 2019, p. 19), e para que a ancestralidade se concretize em um tempo estendido, é Exu que opera e articula essa temporalidade, “o senhor das possibilidades, opera na simultaneidade das temporalidades, que se cruzam.” (Rufino,

2019, p. 25). Esse tempo estendido se revela, por exemplo, na permanência do pretuguês, dos termos e conceitos banto-iorubanos, portanto à ancestralidade africana, colada à história da chegada dos diversos povos daquele continente às Américas.

Essa ideia do cruzamento do tempo nos remete à força que tem a representação das resistências negras, e seus personagens na mobilização das lutas contemporâneas, em suas diversas expressões, inclusive midiáticas. Quando lemos a história de Martin Luther King, de Luíza Mahin ou de Esperança Garcia, isso mobiliza e renova o espírito transformador, presente, por exemplo, nas pautas elaboradas pela mídia independente negra, como nos exemplos que seguem: “Nzinga, Luísa Mahin, Josina Machel e a luta das mulheres negras invisibilizadas pela história. Em épocas diferentes, as três mulheres dedicaram suas vidas à luta pela libertação do povo negro” (Alma Preta, 5 de março de 2020); Escritores lançam HQ inspirada na carta de Esperança Garcia, uma das primeiras denúncias de maus-tratos contra escravizados no Brasil (Mundo Negro, 10 de agosto de 2023).

Outro elemento importante na formulação de Rufino é o ebó (oferenda). A comunicação que Exu realiza entre os diferentes seres, em temporalidade e espaços diversos, necessita de uma tecnologia, que, para o autor, é o ebó: “é a partir dele que se estabelecem as comunicações, trocas e invenções de possibilidades.” (Rufino, 2019, p. 87). O ebó é a maneira de mediatizar a relação tempo-espacial, se olharmos ele como um aparato tecnológico que permite uma comunicação para além do tempo e do espaço, conectando multiversos. É daí que surge a ideia de ebó epistemológico,

que opera na “dimensão do alargamento do conhecimento”.

O cruzo, perspectiva teórico-metodológica da Pedagogia das Encruzilhadas, fundamenta-se nos atravessamentos, na localização das zonas fronteiriças, nos inacabamentos, na mobilidade contínua entre saberes, acentuando os conflitos e a diversidade como elementos necessários a todo e qualquer processo de produção de conhecimento (Rufino, 2019, p. 88).

Logo ele lança o rolê epistemológico, que representa a fuga, o giro, a não apreensão de um saber pelo outro. Conceito que se assemelha com a ideia de “giro decolonial”, de Grosfoguel (2018).

Evoca o saber de Exu a partir dos povos africanos na diáspora e confirma as bases de sua reflexão que são “linguagem, comunicação, movimento, possibilidade, ambivalência, inacabamento, imprevisibilidade, transgressão, corpo e dinamismo”. Afirmando a partir daí que “todas as interpretações são bem-vindas”, apontando os caminhos como possibilidades (Rufino, 2024, p. 91). Novamente há um encontro aqui com a ideia de transmetodologia, que permite transitar por diversos campos, admitindo saberes não apenas acadêmicos (Maldonado-Torres, 2015).

As discussões sobre Educomunicação têm buscado uma abordagem afrodiaspórica. Um exemplo é o texto de “A Comunicação na Encruzilhada entre a educação antirracista e as culturas afrobrasileiras”, de Evaldo Silva (2021), reforçando a ideia da confluência de vários saberes, trazida por Rufino, em diálogo com Muniz Sodré e Paulo Freire.

Reflexões e intersecções: pensando uma comunicação antirracista

Neste estudo, apresentamos conceitos que têm como um dos pontos em comum o privilégio da cosmogonia dos povos violentados pelo processo de colonização iniciado no século XVI, nas Américas, mas que sobreviveram, resistiram e estão a todo momento reinventando suas formas de viver e conceber realidades e sensibilidades. Rufino (2019) nos leva à cosmogonia iorubana para falar da força das palavras e de seu potencial transformador. Temos presenciado isso no campo da comunicação, há muitos anos, em todas as direções. Por isso, evocar outros conceitos e palavras para a construção de mensagens é fundamental para a construção de uma sociedade plural, plurirracial e pluriétnica, principalmente em tempos de recrudescimento dos discursos de ódio.

Diante da leitura e análise dos textos revisados para este artigo, percebemos que os métodos estudados sugerem uma reinvenção de conceitos a partir de outra base epistêmica, baseada no respeito à pluralidade de ideias, no cruzo, no princípio Exusístico. As autoras e os autores reagem à negligência às singularidades, principalmente étnico-raciais na história. Como apontou Bispo dos Santos (2015), a dominação a partir da denominação é também o apagamento de memórias. É nesse ponto que está a interseção com Hartman (2020), que busca recontar essas histórias a partir de fabulações, buscando minimizar os impactos desses apagamentos e silenciamentos nos documentos oficiais, por meio de um olhar delicado e atento, que vá além da violência e fale do cotidiano, dos amores,

das memórias não registradas na frieza dos boletins de ocorrência e nas certidões de óbito de mulheres negras. Nessa perspectiva, seu método, além da consulta aos documentos consolidados no campo da história, escuta o não dito, traduzindo palavras mal interpretadas e remodelando vidas desfiguradas, contestando violências presentes nos discursos da colonialidade.

Portanto, os conceitos estudados se apresentam como fundamentos para construção de uma contranarrativa comunicacional aos imaginários sedimentados pelo colonialismo, presentes nos discursos da mídia, na escolha de temas e fontes. Assim, são mecanismos que devem ser ainda melhor compreendidos e aplicados no cotidiano do trabalho comunicacional, nas análises dos discursos, com a finalidade de minimizar e combater os impactos tão severos que ainda persistem nas sociedades contemporâneas, que geram as desigualdades e estruturam os diferentes tipos de violências.

É necessário fabular a partir do silêncio das fontes, é necessário ir além das artimanhas do poder da branquitude que luta pela preservação das hierarquias raciais, também presentes nos discursos e na análise dos mesmos, quando seus escrutinadores desprezam epistemologias alheias à bolha da eurocêntrica.

Desse modo, é necessário que os manuais de redação que orientam as práticas jornalísticas sejam também atualizados, garantindo a implementação dessa linguagem que rompe o padrão colonialista de contar e construir histórias. Rompe o padrão de quem conta e constrói histórias. ■

[MÁRCIA GUENA]

Doutora em História pela Universidade Complutense de Madrid (UCM). Professora do curso de Jornalismo em Multimeios e do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos (UNEB); Jornalista; Vice-coordenadora do Grupo de Pesquisa Rhecados – Hierarquizações Raciais, Comunicação e Direitos Humanos; Coordenadora do GP Comunicação Antirracista e Pensamento Afrodiaspórico da Intercom.
E-mail: marciaguena@gmail.com

[VINÍCIUS DA SILVA COUTINHO]

Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos – (PPGESA), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB); Professor do curso de Jornalismo em Multimeios da UNEB. Especialista em Gestão de Marketing e Mídias Digitais (IESRSA); graduado em Jornalismo (UESPI).
E-mail: viniciuscoutinho96@gmail.com

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALMA PRETA. **Manual de Redação**: o jornalismo antirracista a partir da experiência da Alma Preta. São Paulo: Alma Preta, 2023. Disponível em: <https://almapreta.com.br/images/2023/11/manual-de-redacao-o-jornalismo-antirracista-a-partir-da-experiencia-da-alma-preta.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2024.

BISPO DOS SANTOS, Antônio. **Colonização, Quilombos**: modos e significados. Brasília, D.F.: Universidade de Brasília, 2015.

BISPO DOS SANTOS, Antônio. **Metafísica na rede**: debate – Cosmopolítica e Cosmofobia. Brasília, D.F.: [s. n.], 5 ago. 2020. 1 vídeo (1h53m30s). Webinar publicado pelo Programa de Pós-Graduação em Metafísica da Universidade de Brasília. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IBlhkKzzHmo>. Acesso em: 23 dez. 2024.

BRASIL. **Plano de comunicação pela igualdade racial na administração pública federal**. Brasília, D.F.: Ministério da Igualdade Racial, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/copy2_of_noticias/mir-e-secom-lancam-plano-de-comunicacao-pela-igualdade-racial/20241202lancamentoplanodecomunicacao.pdf/view. Acesso em: 20 dez. 2024.

CAVALIERI, Lúcia; MELLO, Tatiana de Freitas Ordonhes de; TIRIBA, Leo Velocina. Notas de uma metodologia contracolonial teórico-brincante: encontros de educadores a “qual” distância? **Revista da FAEBA**, Salvador, v. 31, n. 66, p. 173-190, 2022. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/faeaba/article/view/13478>. Acesso em: 19 jun. 2024.

COSTA JÚNIOR, Jair; UDE, Walter. Educação afrodiaspórica e transformações na prática universitária: o SUEar como uma perspectiva decolonial entre saberes. **Revista Interdisciplinar SUEar**, Ibitité, ano 2, n. 2, 2019. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/sulear/article/view/4159>. Acesso em: 24 dez. 2024.

DANTAS, Luís Thiago Freire. Confluências afro-pindorâmicas: por uma formação humana contra-colonialista. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 17, p. 1-12, 2022. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/18499>. Acesso em: 23 dez. 2024.

DIAS, Juliana. **Manual étnico-racial para o jornalismo**. Salvador: UNISBA, 2010.

GATTO, Fernanda de França. **Pretuguês**: oralidade e resistência afrobrasileira como enfrentamento ao racismo religioso. Dissertação (Mestrado em Mídia e Tecnologia) – Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2023. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNSP_b70eeb20014a1097967ac88b63833f8b. Acesso em: 20 dez. 2024.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GROSGOUEL, Ramón. Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada. In: COSTA, Joaze Bernardino; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. São Paulo: Autêntica, 2018. p. 55-77

HARTMAN, Saidiya. Vênus em dois atos. **Revista Eco-Pós**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 12-33, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.29146/eco-pos.v23i3.27640>. Acesso em: 10 jun. 2024.

LIMA, Thayara Cristine Silva de. Literatura e História na reeducação de imaginários e na produção de novos futuros. **Estudos de literatura brasileira contemporânea**, Brasília, n. 67, p. 1-13, 2023. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/48640>. Acesso em: 26 dez. 2024.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Transdisciplinarietà y decolonialidad. **Quaderna**, [s. l.], n. 3, p. 1-20, 2015. Disponível em: <https://quaderna.org/wp-content/uploads/2016/01/pdf-NMTORRES.pdf>. Acesso em: 12 dez 2024.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro; LESSA FILHO, Ricardo; OLIVEIRA, Luiza Araújo. A montagem como espaço de jogo no filme *El mar la mar*: limiares e lampejos de uma travessia migratória. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, D.F., v.31, n. 67., p. 249-269, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880006715>.

MARQUES REAL, Andy Hellen. **Imagem ancestral**: a fabulação crítica como pedagogia fotográfica na escola. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2023. Disponível em: <https://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/11652>. Acesso em: 26 dez. 2024.

PEREIRA, Allan Kardec. Escritas insubmissas: indisciplinando a História com Hortense Spillers e Saidiya Hartman. **História da Historiografia**, Ouro Preto, v. 14, n. 36, p. 481-508, 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=597770073018>. Acesso em: 26 dez. 2024.

PEREIRA, Edilson. Da escravidão à liberdade: a imagem de Anastácia entre arte contemporânea, política e religião. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v 29, n. 67, e670410, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9983e670410>.

RUFINO, Luiz. **Pedagogia das encruzilhadas** - Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.

SANTOS, Carmen Kemoly da Silva. Comunicação originária e os fluxos afrodiaspóricos no Maranhão. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 42, 2019, Belém. **Anais [...]**. Belém: Intercom, 2019. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-1872-1.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2024.

SEIXLACK, Alessandra Gonzalez de Carvalho. Vozes da terra e ancestralidade: imaginando novas perspectivas para o Antropoceno. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 55, p. 191-206, 2024. DOI: <https://doi.org/10.12957/rep.2024.81196>.

SILVA, Evaldo Gonçalves. A Comunicação na Encruzilhada entre a educação antirracista e as culturas afrobrasileiras. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 44, 2021, [S. l.]. **Anais [...]**. [S. l.]: Intercom, 2021. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2021/resumos/dt8-tc/evaldo-goncalves-silva.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2024.

TERSO, Tamara Caroline Almeida. Notas de um saber em construção: processos de comunicação em comunidades amefricanas, estudos comunicacionais e direitos à comunicação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 45, 2022, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: Intercom, 2022. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2022/resumo/0720202222552862d8b2101fb0f.pdf>. Acesso em: 9 dez. 2024.